



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
28ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2025.0000416382

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2361288-02.2024.8.26.0000/50000, da Comarca de Olímpia, em que é embargante FIDO - CONSTRUTORA MONTAGENS INDUSTRIAIS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, são embargados TRISUL 1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., TRISUL S/A, CANCALE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, ROERMOND EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e ASTRANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente) E MICHEL CHAKUR FARAH.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

FERREIRA DA CRUZ

Relator

Assinatura Eletrônica

Embargos de Declaração nº 2361288-02.2024.8.26.0000/50000.

Embargante: Fido Construtora Montagens Industriais, Importação e Exportação Ltda.

Embargadas: Trisul S/A, Trisul 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda, Cancale Empreendimentos Imobiliários Ltda, Roermond Empreendimentos Imobiliários Ltda e Astrana Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Ação: Obrigação de Fazer.

Origem: 3ª Vara Cível de Olímpia.

Juíza de 1ª instância: Dra. Maria Heloisa Nogueira Ribeiro

Machado Soares.

Voto nº 15.081.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Matérias agitadas que são estranhas à via recursal eleita. Interposição com iniludível pretexto de rejugamento. Inadmissível caráter infringente. Inocorrência de omissão, de contradição, de obscuridade ou de erro material. Os defeitos que podem ser corrigidos por meio de embargos declaratórios, modalidade de recurso com fundamentação vinculada, não se confundem com o julgamento contrário ao interesse da parte. Fundamentação suficiente. Nulidade afastada. Embargos rejeitados.

Trata-se de embargos de declaração interpostos contra o V. Acórdão de fls. 52/56, cujo relatório se adota, que negou provimento ao recurso.

Busca-se a acolhida dos declaratórios para que seja suprida – no entender da parte interessada – omissão quanto à nulidade da r. decisão agravada por ofensa ao art. 489, § 1º, do Código de Processo Civil.

É a síntese do necessário.

Inexistem os apontados vícios.

Com efeito, a problemática posta é estranha à via recursal eleita; logo, ausente omissão, contradição,

obscuridade e/ou erro material¹, nada há ser aqui decidido, até porque o *decisum* bem examinou os elementos constantes dos autos no momento da sua prolatação, cabendo ao polo embargante – se quiser – deduzir seus argumentos em sede adequada, pois na expressão de Pontes de Miranda, nos declaratórios *não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima*.²

Inviável, portanto, o iniludível pretexto infringente de rejugamento; ou seja, de ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com a sua interpretação, o que não se admite nesta base, modalidade de recurso com fundamentação vinculada, sobretudo diante do que expressamente constou de fls. 54/56, em especial porque a MM. Juíza aclarou – de modo lógico³ – as razões⁴ do seu convencimento.⁵

A r. decisão que deferiu a tutela de urgência, portanto, nada tem de nula, visto que atendeu – à saciedade – o comando do art. 93, IX, da CF, com clara fundamentação.

*Os defeitos passíveis de serem corrigidos por meio dos embargos declaratórios não se confundem com o julgamento contrário ao interesse da embargante, e inexistindo os aludidos defeitos no aresto embargado, inviável é a concessão de efeito infringente aos presentes embargos.*⁶

Vale a lembrança que ao Poder Judiciário não compete responder a questionário dos litigantes⁷. Reputam-se, no mais, prequestionados todos os dispositivos referidos na interposição.

¹ STJ, EDcl. no Ag.Rg. no Ag. 99.083/RS, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 19.08.1996.

² *Comentários ao Código de Processo Civil*. Forense. Vol. VII, p. 400.

³ CPC, art. 371.

⁴ CPC, art. 489, II.

⁵ STJ, AgRg no AI 162.089-8, rel. Min. Carlos Velloso, j. 12.12.1995.

⁶ STJ, EDcl. no MS 8.190/DF, rel. Min. Denise Arruda, j. 18.10.2004.

⁷ STJ, AgRg no AREsp. 180.224/RJ, rel. Min. Luís Felipe Salomão, j. 16.10.2012.

Por fim, em homenagem ao princípio da celeridade processual e tendo em vista a ausência de prejuízo⁸, tal qual orienta o Augusto STF⁹, não se intimou a parte contrária para ofertar contrarrazões.¹⁰

Ex positis, pelo meu voto, à míngua das hipóteses permissivas do art. 1.022 do Código de Processo Civil, REJEITAM-SE os Embargos de Declaração.

FERREIRA DA CRUZ
Relator

⁸ CPC, arts. 6º c.c. 9º c.c. 282, § 1º.

⁹ STF, Rcl 20.896-AgR, DJe 7.2.2018 e Rcl 27.893-AgR, DJe 9.2.2018, ambas de relatoria do Min. Alexandre de Moraes; RE 597.064/RJ-ED, rel. Min. Gilmar Mendes, j. em sessão virtual de 07 a 14.05.2021.

¹⁰ CPC, art. 1.023, § 2º.